

CARACTERIZAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DE RIO POMBA - MG

**BLANCA VALADARES FERREIRA (1); TIAGO AUGUSTO DA CUNHA (2);
ANDRÉ TEIXEIRA DA COSTA (3).**

1. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Campus UFV – Viçosa - MG
blanca.ferreira@ufv.br
2. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Campus UFV – Viçosa - MG
tiagoac@ufv.br
3. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Campus UFV – Viçosa - MG
andre.t.costa@ufv.br

RESUMO

O estudo objetivou caracterizar o crescimento urbano de Rio Pomba, Minas Gerais, nas últimas décadas, pautado por autores que abordam a urbanização, a distribuição espacial da população e a expansão urbana. Foi desenvolvido por meio de análise da expansão da mancha urbana, dos setores censitários e de dados demográficos. Observou-se que apesar do município ser de pequeno porte populacional, há indícios de problemas urbanos decorrentes do crescimento sem planejamento adequado, que resulta na dispersão urbana vinculada a vazios urbanos, fragmentação do território e especulação fundiária.

Palavras-chave: Crescimento urbano, pequenas cidades, planejamento urbano.

1. INTRODUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Por muito tempo a essência do Brasil foi de um país agrário e o urbano sinônimo de moderno, mas entre 1940 e 1980 o país alcançou a urbanização de sua sociedade e do seu território, aumentou a complexidade do perfil urbano e também dos problemas urbanos (SANTOS, 1993). As modificações demográficas provocadas pela Primeira Transição Demográfica ("First Demographic Transition" - FTD) e Segunda Transição Demográfica ("Second Demographic Transition" - STD) influenciaram diretamente no crescimento populacional. Na FTD houve um crescimento demográfico acelerado ao passo que na STD o crescimento foi mais lento (BRITO, 2007). Enquanto as transições demográficas nos países europeus ocorreram no decorrer de cem anos, no Brasil, elas se concentraram em pouco mais de 40 anos, e foi nesse mesmo período, meados da década de 1960, que o país transpôs o limite da transição urbana, em que mais de metade da população do país passou a viver em áreas urbanas (SILVA e MONTE-MÓR, 2016).

A definição de urbano e rural, embora necessária organizacional e juridicamente, é um fator questionável pois não há um consenso, podendo ser abordada como uma dicotomia ou um *continuum* rural-urbano. Pela dificuldade de definição conceitual (CORRÊA; 2011, BEZERRA; SILVA, 2018) e conseqüentemente definição física, os municípios têm autonomia para decidir o que é rural e urbano, através de leis municipais. O IBGE acata as decisões tomadas por cada município ao quantificar população urbana e rural e ainda divide a área urbana em três categorias: 1 - Área urbanizada de cidade ou vila; 2 - Área não-urbanizada de cidade ou vila; 3 - Área urbana isolada (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Como a cidade pequena se encontra na confluência entre o urbano e o rural (CORRÊA, 2011), a diferenciação entre território rural e território urbano se torna mais difícil. Demograficamente, entende-se como cidade de pequeno porte pelo IBGE, aquela com menos de 100 mil habitantes. Entretanto, Corrêa (2011) analisa mais a fundo as características de um município para dizer se a cidade é de pequeno porte. Considera entre outros aspectos, a possibilidade de um *continuum* rural-urbano, o grau de centralidade

(em geral, são centros locais) e estima que dificilmente ultrapassam os 20-30.000 habitantes.

Entender como e por que as populações crescem ao longo do tempo é fundamental para várias áreas acadêmicas e políticas, uma vez que permitirá projeções mais assertivas sobre as consequências da urbanização para a sociedade e para o meio ambiente (JIANG e O'NEILL, 2018). Além disso, no estado de Minas Gerais, ao correlacionar os dados dos censos de 2000 e 2010 sobre crescimento demográfico e de expansão da área urbana dos municípios, conforme estudo de Cunha e Ferreira (2017), constatou-se que foi justamente nos pequenos municípios e, sobretudo, naqueles com baixo crescimento demográfico que a variação de área urbana foi mais significativa. Ou seja, tratam-se de territórios onde o processo de especulação fundiária pode ser mais intenso.

O município de Rio Pomba, Minas Gerais, foi fundado em 1767 e emancipado em 1832. Pertencente à região geográfica intermediária de Juiz de Fora e à região geográfica imediata de Ubá. Possui população estimada de 17.910 habitantes (projeção para 2019, IBGE). Integra os 675 municípios mineiros (79,13%) classificados como pequenos pelo IBGE (que possuem menos de 20 mil habitantes). Há indícios de que o município cresce em número populacional urbano e em área urbana, porém desconhece-se os processos que os sustentam e as consequências para o município. Sabe-se que planejar o crescimento urbano e possuir uma legislação que resguarde os princípios constitucionais é essencial. Rio Pomba carece de legislação urbanística como Plano Diretor, Leis de Zoneamento e de Parcelamento do Solo, exigidos pela Lei Orgânica de 1990. Possui, além da Lei Orgânica (1990), apenas os defasados Código de Posturas (1994) e Código de Obras (1995) com atualização mais recente em 2014.

Desse modo, objetiva-se, neste texto, caracterizar o crescimento urbano de Rio Pomba nas últimas décadas, por meio de análises da mancha urbana, dos setores censitários e de dados demográficos, para compreender se esse ocorre de modo ordenado e justo para todos os setores da sociedade e se condiz com as tendências demográficas, ou se há indícios de problemas urbanos decorrentes do processo de crescimento urbano presente.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é descritiva e o desenvolvimento foi pautado por levantamento de dados secundários. Para isso, foi dividida nas seguintes fases: revisão bibliográfica, coleta de dados secundários, sistematização das informações e análise dos dados.

2.1.Revisão bibliográfica

Realizada a partir de buscas em plataformas e bases de dados científicos, análise de artigos que forneçam aporte teórico, além de uma análise crítica e síntese da informação selecionada.

2.2.Coleta de dados secundários e recorte temporal

Obteve-se os dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 na plataforma do IBGE, em SIDRA IBGE - Sistema IBGE de Recuperação Automática > Acervo > Censo demográfico > Pessoas > **Tabela 200** - População residente, por sexo, situação e grupos de idade e **Tabela 202** - População residente, por sexo e situação do domicílio; Na plataforma do IBGE, em SIDRA IBGE - Sistema IBGE de Recuperação Automática > Acervo > Censo demográfico > Domicílios > **Tabela 206** - Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio e número de cômodos

Obteve-se os dados natalidade e mortalidade de 2000 e 2010 na plataforma do DATASUS, em informações de saúde (TABNET) > Estatísticas vitais > Nascidos vivos 1994 a 2018 e Mortalidade 1996 a 2018.

Obteve-se a Malha Censitária do Censo Demográfico de 2010 e as malhas do Censo Agropecuário e Contagem da População 2007 e de 2017 na plataforma do IBGE, em Geociências > Organização do Território > Estrutura territorial > Malha de Setores Censitários. A malha do Censo Demográfico de 2000 não foi utilizada por ser restrita e não abranger todos os municípios mineiros.

As imagens de satélite foram coletadas através do software Google Earth e são referentes aos anos de 2010 e 2017.

2.3.Sistematização das informações e análise dos dados

Utilizou-se o software de geoprocessamento ArcGIS para sobreposição das malhas censitárias, cálculo das áreas urbanas e construção de mapas que auxiliaram na análise espacial das novas áreas urbanas e áreas de expansão.

Utilizou-se o software Excel para cálculos de taxas de crescimento populacional, grau de urbanização, variação dos domicílios particulares permanentes, taxa de fecundidade e taxa de mortalidade e para criação de gráficos para a compreensão do comportamento demográfico do município, comparação com dados nacionais e estaduais possibilitando a análise dos dados coletados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da inclusão da Lei nº 12.608/2012, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, (BRASIL, 2001) define que os municípios que queiram ampliar o perímetro urbano devem elaborar um projeto contendo a demarcação do novo perímetro urbano, delimitação das áreas e usos, definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, além de instrumentos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural e mecanismos que garantam a distribuição justa dos benefícios e ônus do processo de urbanização. Entretanto, muitos municípios brasileiros não implementam as exigências contidas no Estatuto.

Constantemente, confunde-se os termos “crescimento urbano” e “urbanização”. Farrell (2017) esclarece que o primeiro relata o aumento populacional absoluto em território urbano, e o segundo é o aumento da proporção entre população que é urbana e não é rural, elevando o grau de urbanização, proporção da população residente constituída pelos moradores em domicílios em situação urbana sobre a população total (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Então é possível o crescimento urbano acontecer sem aumento da urbanização, apesar de muitas vezes esses processos ocorrerem simultaneamente (FARRELL, 2017).

Para se analisar o processo de crescimento urbano é necessário considerar o padrão de expansão física e fatores populacionais (OJIMA, 2007). Apesar de estarem interligados, pela necessidade de novas áreas urbanas para comportar um aumento da população urbana, Ojima (2007) defende a importância de se distinguir os dois processos, uma vez que, no século XXI, existem alguns conflitos entre expansão urbana e crescimento populacional.

Para as mesmas taxas de crescimento populacional, a expansão urbana pode ser intensiva, de perfil verticalizado e conter apenas um núcleo urbano, resultando em formas urbanas mais compactas, ou extensiva, de perfil horizontalizado e com vários núcleos urbanos, resultando em formas urbanas dispersas (JAPIASSU; LINS, 2014; OJIMA, 2007). Cada padrão de expansão urbana reflete em diferentes custos sociais, formas de reprodução social e impactos ambientais (OJIMA, 2007), mas não são excludentes, ou seja, é possível observá-los simultaneamente (JAPIASSU; LINS, 2014).

Ojima (2007) constrói um Indicador de Dispersão Urbana fundamentado na densidade urbana, na fragmentação, na orientação e na centralidade, a partir do qual compara os modos de ocupação urbana brasileira sob a perspectiva formal e com os resultados obtidos, aponta desafios para o planejamento urbano e ambiental. As análises realizadas por Ojima (2007) foram de extrema importância para a metodologia e para a interpretação dos resultados desta pesquisa.

Farrell (2017), aborda o crescimento urbano sob a perspectiva dos componentes: migração urbano-rural, aumento da população natural urbana e reclassificação de áreas rurais em urbanas. O autor problematiza as teorias que explicam o crescimento urbano dos países em desenvolvimento por serem rasas, focadas na migração rural-urbano e com componentes tratados isoladamente. Assim, propõe uma nova estrutura multidisciplinar para conceituar o rápido crescimento urbano dos países em desenvolvimento e entender o complexo processo da transição urbana, em que a proporção de população urbana passa a ser superior à de população rural.

Alves e D'Antona (2020), em seus estudos sobre a distribuição espacial da população na

Aglomeración Urbana de Piracicaba (AUP) - SP, observaram aspectos de dispersão e fragmentação urbana em todas as manchas urbanas analisadas, ainda que em diferentes intensidades. Esses parâmetros são utilizados para avaliar características territoriais e formais das cidades como a compacidade, continuidade e conectividade espacial, e expressam modos de vida. As cidades médias, por exemplo, apresentam maior quantidade de fragmentos e são de tamanhos variados. Já as cidades pequenas, apesar de apresentarem um número menor de fragmentos, esses fragmentos tendem a ser maiores e condicionados pelas rodovias. Os resultados desse estudo foram essenciais como modo comparativo das análises dos resultados da atual pesquisa.

Os estudos de Santoro (2014) permitem entender a expansão urbana através da relação urbano-rural e da análise da legislação e Bezerra e Silva (2018) discute mais profundamente as mudanças no território que abarcam o debate sobre a relação rural e urbano. Os autores abordam a expansão urbana nos espaços de transição, em que as áreas rurais são invadidas pela cidade e evidenciam o surgimento de novas tipologias urbanas. Para Santoro (2014), elas estão diretamente relacionadas ao comportamento do rural, às normas e às demandas do mercado e os produtos dessas relações trazem prejuízos para as cidades, que poderiam ser prevenidos caso houvesse um planejamento, “evitando processos especulativos tão tradicionais na mudança de uso rural para urbano e construindo *ex-ante* projetos urbanos que sejam pedaços de cidade, com uma urbanização completa” (SANTORO, 2014, p. 185).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificou-se que depois da década de 1980 a taxa geométrica de crescimento populacional total de Rio Pomba (Figura 1) passou a ser positiva, ou seja, iniciou-se um período de incremento populacional crescente até 2000. Nesse ano, o crescimento atingiu o ápice e então começou a decrescer e a acompanhar o padrão de Minas Gerais e do Brasil, o que significa que a população seguiu crescendo, porém com menor intensidade.

O crescimento populacional urbano (Figura 2) se assemelha ao crescimento populacional total, porém é positivo desde a década de 1970. Conclui-se que a diminuição de população rural era mais intensa que o aumento da população urbana, o que indica prováveis fluxos migratórios do campo para as cidades.

Além disso, o crescimento populacional rural (Figura 3) é negativo durante todo o período estudado (1970 a 2010), ou seja, sua população diminuiu de acordo com o padrão de crescimento rural de Minas Gerais e do Brasil nesse período, mesmo que com intensidades diferentes. Portanto, na década de 1970 o decréscimo de população rural em Rio Pomba foi mais acentuado que nas décadas seguintes.

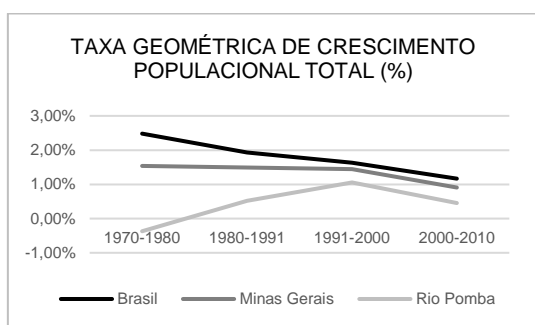


Figura 1. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

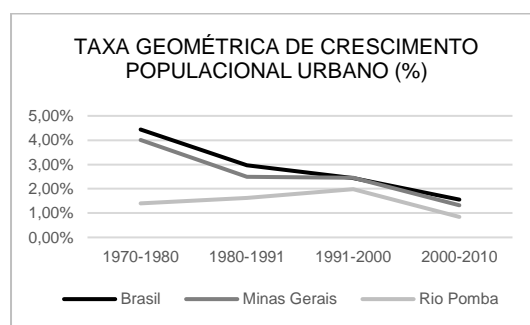


Figura 2. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

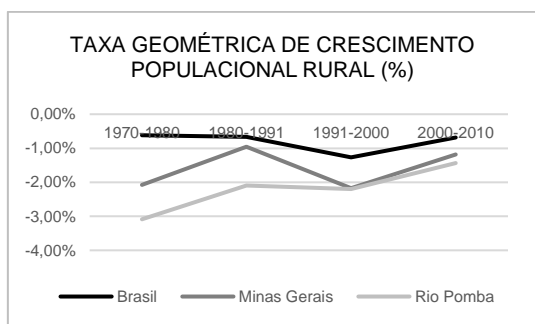


Figura 3. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

Com relação ao grau de urbanização do Brasil, Minas Gerais e Rio Pomba (Figura 4), percebe-se um comportamento bastante similar ao longo do período em análise. Houve um aumento crescente e atingiu as taxas de, respectivamente, 84,4%, 85,3% e 84,5% em 2010. Entretanto, o aumento de população urbana e a alteração da categoria do solo para urbano não significa necessariamente que o território seja urbanizado e que apresenta infraestrutura e uso e ocupação do solo de natureza tipicamente urbana.

Já sobre os domicílios particulares urbanos e rurais, percebeu-se comportamentos distintos, com variação positiva dos domicílios urbanos desde a década de 1970 e mínima variação negativa dos domicílios rurais (Figura 5). Desse modo, a estabilidade dos valores absolutos de domicílios rurais merece atenção, uma vez que houve diminuição considerável da população rural (de 6.471 hab. em 1970 para 2.656 hab. em 2010), mas não se refletiu na variação de domicílios rurais (Figura 5).

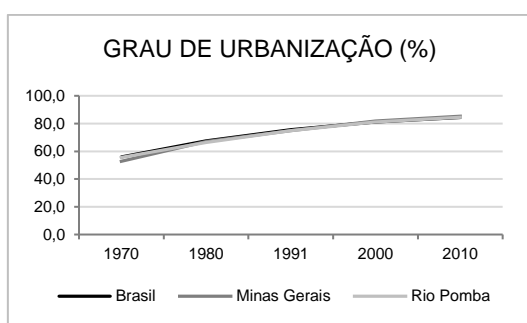


Figura 4. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

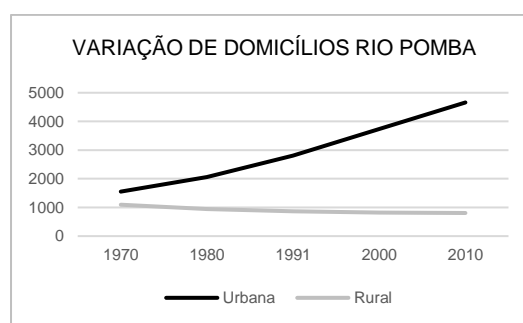


Figura 5. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

De 2000 para 2010, percebe-se que a taxa de fecundidade, número médio de filhos nascidos vivos por mulher em idade reprodutiva e em certo território (DATASUS), diminuiu para as mulheres mais jovens até 34 anos, com um pequeno aumento a partir dos 35 anos (Figura 6). Essas alterações são explicadas pelas teorias das transições demográficas, em que houve alteração na taxa de fecundidade, mortalidade e migração devido ao contexto da época e às alterações nos padrões familiares.

A taxa de fecundidade total em 2000 é 1,65 e em 2010 é 1,27 (Figura 6), ambas menores que a taxa de reposição populacional, que é de 2,1 filhos por mulher (DATASUS). Portanto, as taxas de fecundidade de Rio Pomba nos dois últimos censos são insuficientes para assegurar a reposição populacional.

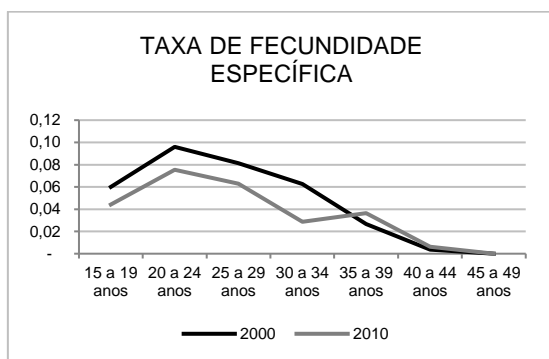


Figura 6. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

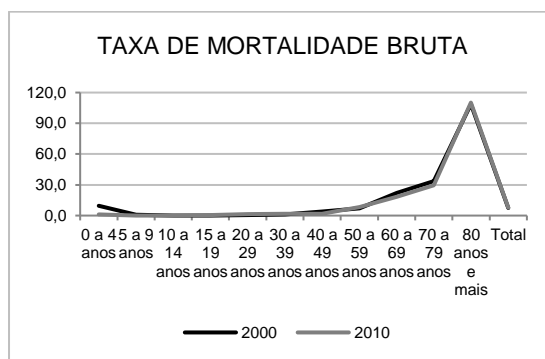


Figura 7. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

Entretanto, não acontece uma diminuição da população total porque a diferença entre nascimentos e óbitos ainda é positiva. Afinal, em 2000 houve 214 nascimentos e 119 mortes e em 2010, houve 175 nascimentos e 134 mortes. Esse aumento de mortes pode ser explicado pelo aumento do número absoluto de idosos, o que demonstra um envelhecimento da população por conta da maior longevidade (Figura 8 e 9).

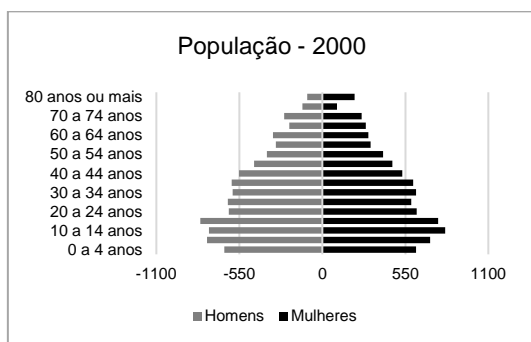


Figura 8. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

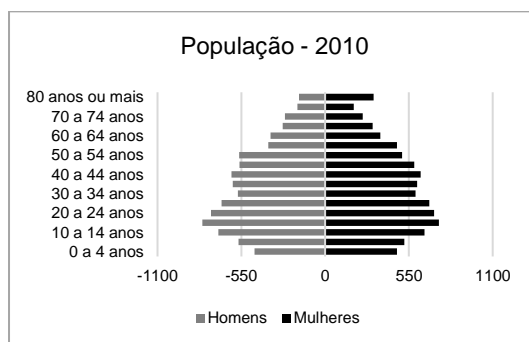


Figura 9. Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

A Figura 10 mostra que a mancha de área urbana aumentou com o passar dos anos. Enquanto a área urbana de 2007 era de 4,83km², em 2010 passa para 5,25km² e em 2017 para 14,75km², praticamente triplicando em dez anos. Tendo em vista as análises anteriores, é possível verificar que o baixo crescimento da população urbana não condiz com o expressivo aumento de área classificada como urbana pelo município, o que resulta em uma provável diminuição da densidade demográfica urbana.

Além disso, é possível verificar na Figura 11 que a maior parte do incremento de área urbana observado em 2017 é não-urbanizada e se localiza nas franjas da área urbanizada. Conclui-se que esse território classificado como urbano, aguarda ocupação urbanizada de fato. São áreas que podem estar passando por processos de especulação fundiária, ou sendo ocupadas por novas tipologias e habitação.



Figura 10. MODIFICAÇÕES DA ÁREA URBANA DE RIO POMBA Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

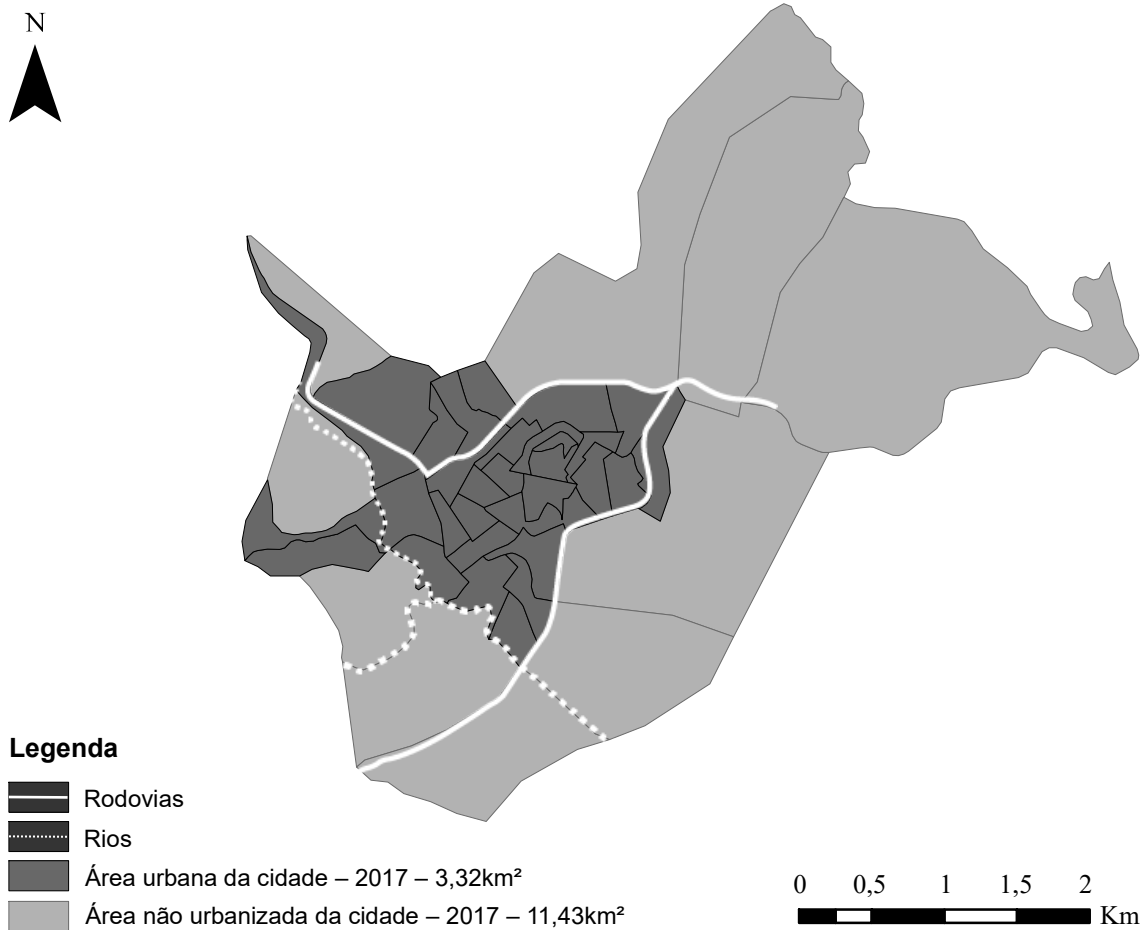


Figura 11. MANCHA URBANA DE RIO POMBA – MG – 2017 Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

Observando as imagens de satélite (Figura 12 e Figura 13), a cidade se desenvolve e expande condicionada pelos rios Rio Pomba e Rio São Manuel, pelas rodovias MG133 e BR365 e pelos pólos industrial e educacional (IFET). A fragmentação da malha urbana é evidente, pois existe um núcleo urbano bem consolidado delimitado pelos rios e rodovias, e existem outros pequenos núcleos urbanos além desses limites (bairros Santa Helena - A, Santa Isabel - B, José Mendonça dos Reis - C, Distrito Industrial – D e Experimental – E onde se localiza o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba).

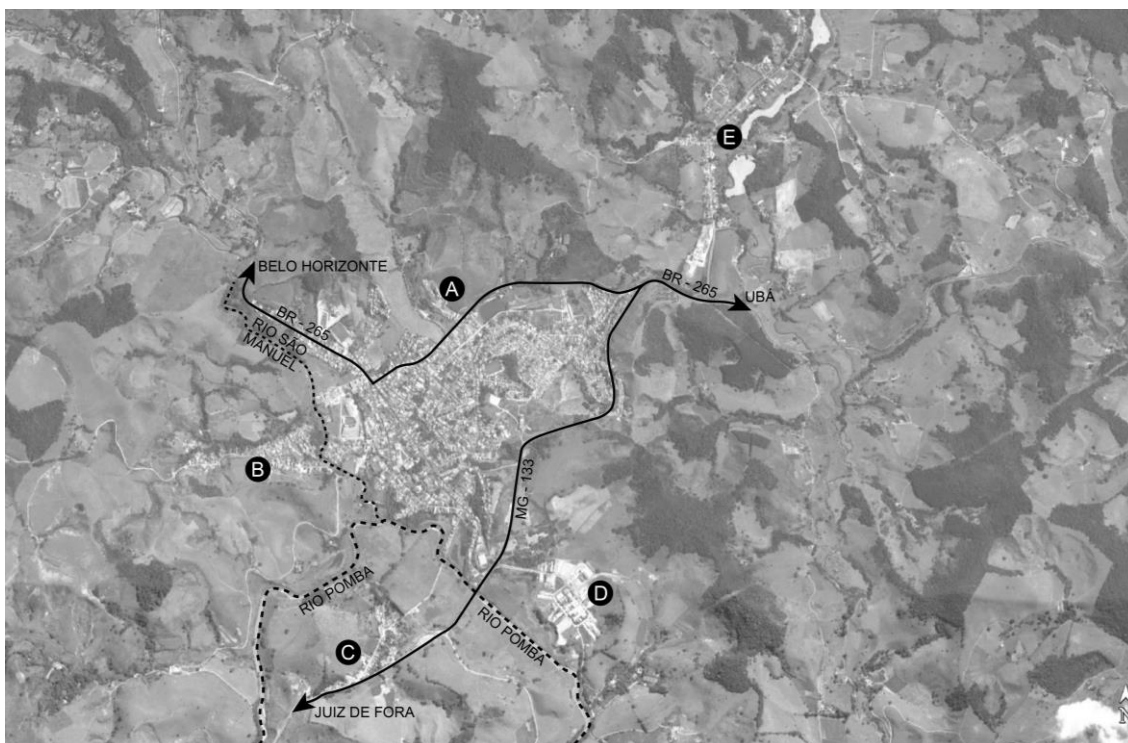


Figura 12. 2010 MALHA URBANA RIO POMBA Fonte: Google Earth

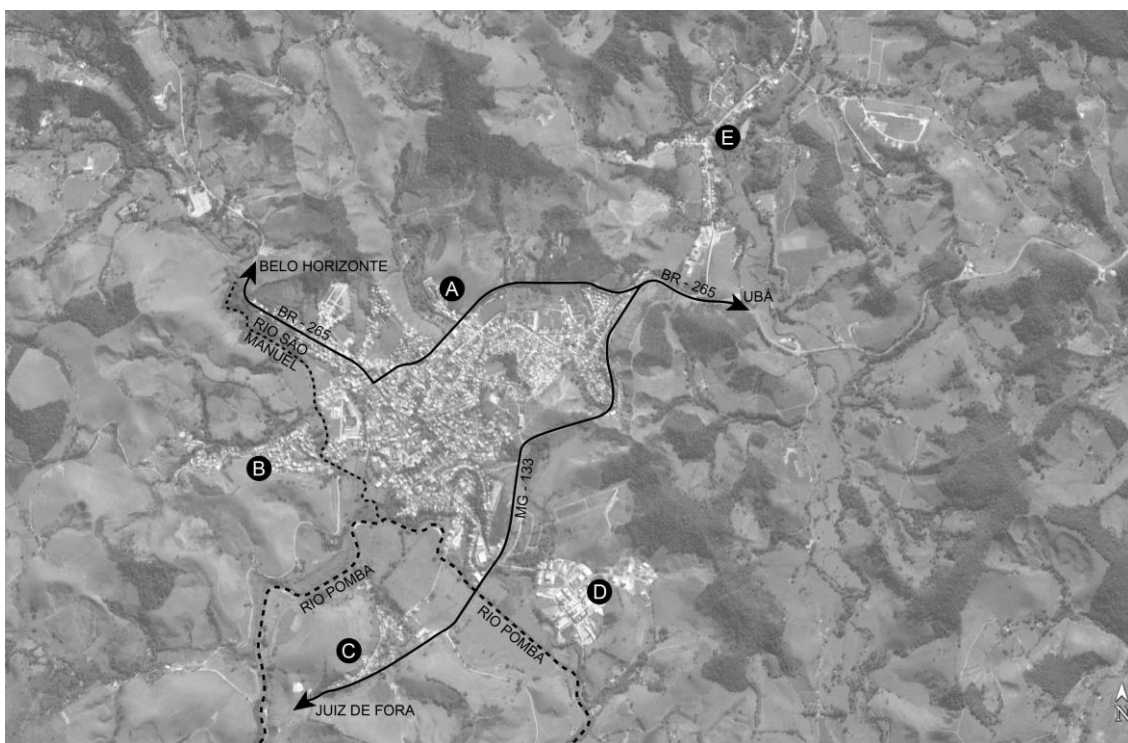


Figura 13. 2017 MALHA URBANA RIO POMBA Fonte: Google Earth

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar os fatores demográficos e espaciais de Rio Pomba para analisar seu processo de crescimento urbano, assim como proposto por Ojima (2007), foi possível verificar que, nos períodos analisados, o aumento populacional urbano não acompanhou o aumento de área urbana, que foi mais acentuado. As áreas mais urbanizadas ainda se concentram em regiões de ocupação mais antiga, como o centro da cidade e suas redondezas. Entretanto, não pode-se descartar o fato de haver grandes áreas antes rurais já consideradas urbanas mesmo que ainda não sejam urbanizadas e pouco ocupadas.

Além disso, nota-se a fragmentação urbana mesmo em cidades pequenas, como previsto por Alves e D'Antona (2020). Tem-se indicações de uma dispersão urbana vinculada a vazios urbanos e especulação fundiária, com mercado imobiliário atuando cada vez mais intensamente, como abordado por Santoro (2014) e Bezerra e Silva (2018), em que as rodovias do município condicionam o crescimento por facilitar a ocupação em seus sentidos.

Portanto, o estudo contribui para a produção científica sobre cidades pequenas e como subsídio e fomento ao planejamento do crescimento urbano municipal, trazendo à tona sua importância e desafios.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Diego Gobbo; D.'ANTONA, Alvaro de Oliveira. Dispersão e fragmentação urbana: uma análise espacial com base na distribuição da população. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 72, n. 1, p. 126-141, 2020. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/49504> > Acesso em: 17 de junho de 2020.

BEZERRA, Josue Alencar; SILVA, Cicero Nilton Moreira. Entre o rural e o urbano interiorizado. **Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012018000100219&script=sci_arttext > Acesso em: 17 de junho de 2020.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei no 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em: 12 de outubro de 2019.

BRITO, Fausto et al. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. **Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar**, p. 29-45, 2007. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/ladem/files/2009/05/A-TRANSI%C3%87%C3%83O-DEMOGR%C3%81FICA-NO-BRASIL2.pdf> > Acesso em: 05 de maio de 2020.

Câmara Municipal de Rio Pomba. Leis. Disponível em: < <https://www.riopomba.mg.leg.br/leis> > Acesso em: 12 de outubro de 2019.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Notas metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html > Acesso em: 12 de outubro de 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, n. 30, p. 5-12, 2011. Disponível em: <

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228> > Acesso em: 09 de outubro de 2019.

CUNHA, Tiago Augusto da; FERREIRA, Blanca Valadares. **Considerações sobre o padrão de expansão da área urbana dos municípios mineiros**. 2017. Relatório de iniciação científica apresentado à Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. PIBIC/FAPEMIG.

FARRELL, Kyle. The rapid urban growth triad: a new conceptual framework for examining the urban transition in developing countries. **Sustainability**, v. 9, n. 8, p. 1407, 2017. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/2071-1050/9/8/1407#cite> > Acesso em: 07 de maio de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 12 de outubro de 2019.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira; LINS, Regina Dulce Barbosa. As diferentes formas de expansão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 2, n. 13, 2014. Disponível em: < http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/articlo/viewFile/764/788 > Acesso em: 20 de outubro de 2019.

JIANG, Leiwen; O'NEILL, Brian C. Determinants of urban growth during demographic and mobility transitions: Evidence from India, Mexico, and the US. **Population and Development Review**, v. 44, n. 2, p. 363-389, 2018. Disponível em: <<http://www.adrishanghai.org/UploadFiles/20181226115745370.pdf>> Acesso em: 17 de junho de 2020.

Ministério da Saúde. DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>> Acesso em: 16 de julho de 2020.

OJIMA, Ricardo. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas

brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. 2, p. 277-300, 2007.
Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982007000200007&script=sci_arttext&tlng=pt > Acesso em: 15 de abril de 2020.

SANTORO, Paula Freire. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 169, 2014.
Disponível em < <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/3837/4627> > Acesso em: 16 de outubro de 2019.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. HUCITEC: São Paulo, 1993.

SILVA, Harley; MONTE-MÓR, Roberto L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. **Anais**, p. 1-16, 2016.
Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2420/2374> >
Acesso em: 05 de maio de 2020.